



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 37/XVII/1

Orçamento do Estado para 2026

Construção de residências públicas no distrito do Porto

Proposta de Aditamento

Título IX

Disposições complementares, finais e transitórias

Capítulo I

Políticas setoriais

Artigo 118º - A

Construção de residências públicas no distrito do Porto

Durante o ano de 2026, o Governo adota as diligências para a conclusão das residências públicas previstas pelo PNAES para o distrito do Porto, designadamente as residências da Asprela, da Boa Hora, ESTG Felgueiras, da Campos II e do Breiner.

Assembleia da República, 7 de novembro de 2025

Os Deputados,

Paulo Raimundo, Paula Santos, Alfredo Maia



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Nota justificativa:

O direito de acesso aos mais elevados graus de ensino implica todas as condições para que qualquer estudante, independentemente da sua condição socioeconómica, possa frequentar o Ensino Superior. Além da gratuidade da frequência, que o PCP defende, é necessário garantir a existência de apoios sociais, entre os quais, alojamento público em residências de estudantes.

A oferta pública de alojamento para estudantes de Instituições do Ensino Superior Públicas (IESP) continua a ser claramente insuficiente para o universo de alunos deslocados. É urgente a construção e requalificação de residências de estudantes.

No distrito do Porto há mais de 60 mil alunos no ensino superior público (Universidade do Porto e Politécnico do Porto). Estima-se que 24 mil estudantes deslocados estudem no ensino superior no distrito, mas existem apenas 1443 camas em residências públicas (1126 na Universidade do Porto e 317 no Instituto Politécnico do Porto).

O Governo anunciou em 2018 o Plano Nacional de Alojamento Estudantil (PNAES), fruto de proposta do PCP, contudo o programa nunca teve o financiamento adequado para ser aplicado. Assim, só com o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foram iniciados, tarde, os procedimentos para a requalificação e recuperação do alojamento estudantil.

O PNAES, já por si insuficiente, previa a construção de três residências novas e a requalificação de quatro já existentes na UP até 2026, mas ainda só se concluiu uma nova residência – com apenas 54 camas – e estão em andamento duas requalificações. A construção da residência da Boa Hora, assim como de uma nova residência no Polo da Asprela continuam por concretizar. No IPP, onde em 2022 se previa a construção de quatro novas residências até dezembro de 2024, só agora está a avançar a construção da Residência Breiner.

Promessas e atrasos de um cenário que contrasta fortemente com a velocidade dos múltiplos acordos assinados com empresas e com a proliferação de residências



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

privadas, que já são mais de três dezenas na região.

Tal como no resto do País, os jovens do Porto são confrontados com a falta de condições materiais e humanas nas escolas, com a falta de residências públicas e a insuficiente resposta da Ação Social Escolar, com transportes cheios e insuficientes, com baixos salários e vínculos precários, com muitos alunos empurrados para o abandono ou o “mercado paralelo” de arrendamento onde se praticam preços inoportáveis para alugar quarto, que em média ronda os 400€.